

## **O Desempenho do Poder Legislativo Brasileiro na Produção de Políticas de Turismo (2003-2018)**

**Ana Cláudia Aquino Germano<sup>1</sup>**  
**Carolina Todesco<sup>2</sup>**

Muitos estudos se debruçam sobre o papel e a atuação do poder executivo federal na produção e implementação de políticas públicas de turismo, tendo como foco as ações do Ministério do Turismo e/ou da Embratur. Entretanto, o poder legislativo também possui atribuições importantes no processo de produção de políticas públicas, mas são raros os estudos acadêmicos que analisam a atuação desse poder especificamente na área do turismo. Desse modo, visando preencher essa lacuna, essa pesquisa tem como objetivo apreender a atuação do poder legislativo brasileiro na produção de políticas públicas de turismo em âmbito nacional, a partir da análise dos projetos de lei e projetos de decreto legislativo apreciados e discutidos na Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados Federais. A pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, baseou-se na coleta de dados de documentos oficiais, em especial, os Relatórios de Atividades anuais da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, do período de 2003 a 2018, abarcando um total de 16 anos. Para o rastreamento da situação atual de cada projeto de lei e de decreto legislativo apreciado na Comissão de Turismo, foi utilizada a base de consulta “Propostas Legislativas” do site da Câmara dos Deputados. Os resultados da pesquisa permitiram: identificar o número de projetos apreciados, rejeitados e aprovados na referida Comissão; identificar a autoria e o partido político dos proponentes; apreciar o conteúdo dos projetos; e verificar a tramitação e os projetos que obtiveram êxito e resultaram em lei ou em decreto legislativo. Por fim, constata-se que a Comissão de Turismo aprovou 82% dos projetos de lei e decreto legislativo, de um total de 107 projetos encaminhados pelos deputados federais dos mais diferentes espectros políticos. No entanto, a porcentagem de projetos que conseguiram êxito ao tramitar no Congresso Nacional, transformando-se em lei ou em decreto legislativo, totalizaram 25, representando 28% dos projetos aprovados na Comissão de Turismo. Desses 25 projetos exitosos: 14 se referem a acordos de cooperação técnica entre países na área de turismo; 2 se referem a concessão de prazo de permanência dos turistas no Brasil; 2 sobre datas comemorativas; e 7 se referem à outras temáticas. Desta forma, consideramos que as leis mais significativas na área do turismo propostas pelo poder legislativo brasileiro, num período de 16 anos, se referem a regulamentação do exercício da profissão de Turismólogo (Lei Ordinária n. 12.591/2012) e sobre as atividades de agências de viagens (Lei

<sup>1</sup> Pós-Graduada em Turismo e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <http://lattes.cnpq.br/9809916391001525>. [anaclaudia8321@gmail.com](mailto:anaclaudia8321@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora e Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, Bacharel em Turismo pela Universidade de Sorocaba. Docente do Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <http://lattes.cnpq.br/7868921464769737>. [caroltodesco@gmail.com](mailto:caroltodesco@gmail.com)



# XVII Seminário ANPTUR

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

---

IMPACTOS DA PESQUISA E DA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO E  
HOSPITALIDADE NA SOCIEDADE

02 A 04 DE DEZEMBRO DE 2020  
WEBSEMINÁRIO  
ANAIS ANPTUR | ISSN 2359-6805

Ordinária n. 12.974/2014), o que denota uma atuação pouco expressiva do poder legislativo na produção de políticas de turismo no Brasil.

**Palavras-chave:** Poder Legislativo Brasileiro; Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados; Projetos de Lei; Políticas de Turismo.